



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP INF LUIZ FERNANDO BRANCO CAMARGO

**PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DE DESTACAMENTO DE OPERAÇÕES
ESPECIAIS PARA EMPREGO EM MISSÕES DE PAZ SOB A ÉGIDE DA
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS**

**Rio de Janeiro
2019**



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP INF LUIZ FERNANDO BRANCO CAMARGO

**PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DE DESTACAMENTO DE OPERAÇÕES
ESPECIAIS PARA EMPREGO EM MISSÕES DE PAZ SOB A ÉGIDE DA
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS**

Trabalho acadêmico apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito para a especialização em Ciências Militares com ênfase em Gestão Operacional.

**Rio de Janeiro
2019**



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DECEx - DESMil
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
(EsAO/1919)**

DIVISÃO DE ENSINO / SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: Cap Inf LUIZ FERNANDO BRANCO CAMARGO

**Título: PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DE DESTACAMENTO DE OPERAÇÕES
ESPECIAIS PARA EMPREGO EM MISSÕES DE PAZ SOB A ÉGIDE DA
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS**

Trabalho Acadêmico, apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito parcial para a obtenção da especialização em Ciências Militares, com ênfase em Gestão Operacional, pós-graduação universitária lato sensu.

APROVADO EM _____ / _____ / _____ **CONCEITO:** _____

BANCA EXAMINADORA

Membro	Menção Atribuída
JOBEL SANSEVERINO JUNIOR - Maj Cmt Curso e Presidente da Comissão	
FREDERICO ALTERMANN NETO - Maj 1º Membro	
SAMUEL SCHILLING DA SILVEIRA - Cap 2º Membro e Orientador	

LUIZ FERNANDO BRANCO CAMARGO – Cap
Aluno

AGRADECIMENTOS

A Deus, o Grande Arquiteto do Universo, pelo dom da vida e a saúde.

Aos meus pais, pela minha educação e formação, sempre me colocando no caminho correto do trabalho árduo, da dedicação e da disciplina, como bases para o sucesso pessoal.

À minha esposa, pelo apoio e compreensão em todos os momentos.

Aos Comandos e Forças Especiais, pela contribuição na realização deste trabalho.

Ao meu orientador, pelo direcionamento, incentivo e confiança ao longo do trabalho.

PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DE DESTACAMENTO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS PARA EMPREGO EM MISSÕES DE PAZ SOB A ÉGIDE DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Luiz Fernando Branco Camargo*
Frederico Altermann Neto**

RESUMO

As operações de manutenção da paz (OMP) são ferramentas de grande visibilidade utilizada pela Organização das Nações Unidas na tentativa de gerenciar conflitos e manter a segurança internacional. As aspirações políticas tem levado o Brasil a aumentar sua participação em operações dessa natureza, trazendo resultados positivos no campo militar e político, através da projeção de poder militar para contribuir com a paz, promovendo a dissuasão e aumentando a influência brasileira no cenário internacional. Antes mesmo do término da MINUSTAH, o Brasil já disponibilizava meios para o UNPCRS (*United Nations Peacekeeping Capability Readiness System*), dentre os quais está um Batalhão de Infantaria de Força de Paz. As missões atuais das Nações Unidas são chamadas de multidimensionais e multifuncionais, caracterizadas por um trabalho integrado dos componentes civil, militar, policial, juntamente com representantes locais, em prol de um mandato que abrange uma variada gama de tarefas, exigindo organizações com amplas capacidades e grande flexibilidade, face à volatilidade do ambiente operacional. Nesse cenário, o presente trabalho se propõe a apresentar as capacidades que as operações especiais podem agregar no cumprimento do mandato de uma operação de paz, bem como sugerir uma composição para fração de operações especiais para desdobramento de uma Batalhão de Infantaria de Força de Paz.

Palavras-chave: Operações de paz. Operações de Manutenção da Paz. Operações Especiais. Missão de Paz. Organização das Nações Unidas.

ABSTRACT

Peacekeeping operations are visible tools used by the United Nations in trying to manage conflicts and maintain international security. Political aspirations have led Brazil to increase its participation in this kind of operations, bringing positive results in the military and political field through the projection of military power to contribute with peace, promoting deterrence and increasing Brazilian influence on the international scenario. Even before the end of MINUSTAH, Brazil was already providing resources for the United Nations Peacekeeping Capability Readiness System (UNPCRS), including a Peacekeeping Infantry Battalion. Current United Nations missions are called multidimensional and multifunctional, characterized by an integrated work of the civil, military, police components, together with local representatives, for a mandate that covers a wide range of tasks, requiring organizations with broad capabilities and great flexibility to work in a volatile environment. In this scenario, this paper proposes to present the capabilities that special operations can add to the accomplishment of a peace operation mandate, as well as to suggest a composition of a team of special operations for deployment with a Brazilian Infantry Battalion in a United Nations Mission.

Keywords: Peacekeeping Operations. Special Operations. Peacekeeping Mission. United Nations Organizations.

* Capitão da Arma de Infantaria. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2009. Pós-graduação em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 2019.

** Major da Arma de Infantaria. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2005. Mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 2014.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFISU	All Source Information FUsion Unit
CS	Conselho de Segurança
BI F Paz	Batalhão de Infantaria de Força de Paz
BRABAT	Brazilian Battalion (Batalhão Brasileiro de Força de Paz)
DDR	Desarmamento, desmobilização e reintegração
DFS	Department of Field Support
DOFEsp	Destacamento Operacional de Forças Especiais
DOPaz	Destacamento de Operações de Paz
DPKO	Department of Peacekeeping Operations
EM	Estado-Maior
END	Estratégia Nacional de Defesa
FC	Force Commander
FOpEsp	Forças de Operações Especiais
MINUSCA	Missão das Nações Unidas para Estabilização da República Centro-Africana
MINUSMA	Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para Estabilização do Mali
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti
MONUSCO	Missão das Nações Unidas para a Estabilização
MD	Ministério da Defesa
OMP	Operação de Manutenção da Paz
ONU	Organização das Nações Unidas
Op Esp	Operações Especiais
Op Paz	Operação de Paz
PND	Política Nacional de Defesa

QRF	Quick Reaction Force
RCA	República Centro-Africana
RDC	República Democrática do Congo
SOLTG	Special Operations Land Task Group
SU	Subunidade
UNIFIL	Força Interina das Nações Unidas no Líbano
UNPCRS	United Nations Peacekeeping Capabilities Readiness System

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	PROBLEMA.....	9
1.2	OBJETIVOS.....	10
1.3	JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES.....	10
2	METODOLOGIA	11
2.1	REVISÃO DA LITERATURA.....	12
2.1.1	As características das Operações de Manutenção de Paz (OMP) atuais	13
2.1.2	Principais OMP multidimensionais e multifuncionais na atualidade	15
2.1.3	As Operações Especiais e as Operações de Paz	17
2.2	COLETA DE DADOS.....	17
2.2.1	Entrevistas	18
2.2.2	Questionário	18
3	RESULTADOS E DISCUSSÃO	19
3.1	PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DO DESTACAMENTO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS PARA EMPREGO EM OMP.....	24
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
	ANEXO A – QUESTIONÁRIO	29
	ANEXO B – ENTREVISTA	31

1 INTRODUÇÃO

A defesa da paz e a solução pacífica dos conflitos, enunciados no Art. 4º da Constituição Federal, são princípios que norteiam a relação do Brasil com os demais países. O histórico comprometimento do Brasil com a paz, nos levou a participar de aproximadamente 50 missões de paz da Organização das Nações Unidas (ONU), assumindo, inclusive, a coordenação e o comando da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e da Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), trazendo prestígio e valorização para a política externa brasileira.

A participação do Brasil em Operações de Manutenção da Paz (OMP) faz parte da Estratégia Nacional de Defesa (END) e da Política Nacional de Defesa (PND), constando no Plano Estratégico do Exército o objetivo de aumentar a capacidade de projeção de poder por meio do preparo de forças para atuar em missões de paz.

Segundo o Manual MD34-M-02, que trata das Operações de Paz no nível do Ministério da Defesa (MD), as Forças Armadas devem estar cada vez mais aptas a participar de Op Paz, desde que alinhadas com os interesses nacionais. Dessa maneira

O posicionamento do Brasil, favorável à cooperação entre os povos e defesa da paz, induziu o País a uma participação ativa nesse cenário, que se manifesta na contribuição com efetivos para as Op Paz. Cabe ressaltar que, não obstante contribuir com tropas para atuarem em território estrangeiro, o Brasil cumpre o princípio da não-intervenção, disposto no Art. 4º da Constituição Federal, não participando de missões de imposição da paz, ou seja, quando não há o consentimento das partes beligerantes. (BRASIL, 2013, p. 27/66).

As Operações de Manutenção de Paz (OMP) atuais se caracterizam pelo que a ONU chama de operações multidimensionais e multifuncionais, exigindo o emprego integrado dos componentes civil, policial e militar, juntamente com os funcionários locais da ONU, trabalhando em prol de um mandato amplo e complexo. Tudo isso com recursos cada vez mais escassos e uma forte pressão da opinião pública, calcada na velocidade proporcionada pela Era da Informação.

Para se adaptar a essas mudanças, os mandatos das principais missões em curso na atualidade (República Democrática do Congo, República Centro-Africana e Mali) direcionam para componentes militares “robustos” e orientados para o uso da

força até a estabilização. Disso decorre a utilização de novas ferramentas, tecnologias e capacidades (KARSLSRUD, 2015).

Dentre essas novas ferramentas e capacidades necessárias para o cumprimento do mandato, a ONU tem recorrido ao emprego de tropas de operações especiais, as quais aumentam as possibilidades e capacidades tanto do componente militar quanto do componente civil da missão, contribuindo efetivamente para a consecução dos objetivos da mesma. A própria ONU percebeu esse fato e passou a regulamentar a participação de tropas dessa natureza nas missões autorizadas pelo Conselho de Segurança (CS).

1.1 PROBLEMA

O emprego de tropas de operações especiais em missões de paz pode parecer um tanto paradoxal quando se analisa sob a ótica da utilização de uma tropa com alta capacidade de emprego da letalidade seletiva em uma operação que se busca o fim das hostilidades e a paz em determinada nação. No entanto, analisando-se sob o viés da complexidade do ambiente operacional dos conflitos atuais e comparando-o com as possibilidades das tropas de operações especiais, concluímos que essas podem trazer grandes contribuições para a execução do mandato da missão.

Importante observar que as OMP com mandatos robustos como as das Repúblicas do Haiti, do Mali, do Congo e Centro-Africana iniciaram sem a participação de tropas de operações especiais. No entanto, no decorrer da missão, sentiu-se a necessidade de empregá-las para melhor cumprimento do mandato. Essa modificação de efetivos após o desdobramento da missão gera transtornos no sentido de ter que se reajustar os efetivos das subunidades (SU) e/ou Estado-Maior (EM) para manter o acordado entre o país e a ONU, uma vez que a política de ressarcimento da ONU não cobre gastos com pessoal e material que não constem no memorando de entendimento da missão.

Além disso, a demanda por tropas de operações especiais por parte dos países que contribuem com tropa para OMP da ONU é quase sempre maior que a disponibilidade. Podemos citar como exemplo a Missão Multidimensional Integrada para Estabilização do Mali (MINUSMA), onde a Holanda e Portugal necessitaram reduzir o efetivo de tropas de operações especiais para atender a necessidade de emprego em outras missões fora do Mali. Disso decorre que se deve empregar judiciosamente os meios existentes, de maneira a não sobrecarregar o país contribuinte da ONU. No caso do Brasil, que vive um ambiente interno relativamente

conturbado e constantemente ocorre o emprego das Forças Armadas para atender demandas internas, esse fato cresce de importância.

É no cenário acima descrito que emerge a problemática da pesquisa que ora se delinea. No sentido de se encontrar um denominador comum para os problemas levantados, qual a composição de um destacamento de operações de paz o Brasil poderia constituir para as futuras missões de paz sob a égide da ONU?

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral do presente estudo é propor uma composição de destacamento de operações especiais para emprego em Missões de Paz sob a égide da ONU que atenda às exigências dessa organização e seja exequível para as Forças Armadas do Brasil.

Para viabilizar a consecução do objetivo geral de estudo, foram formulados os objetivos específicos, que permitiram o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste estudo:

- a) Apresentar as características das Operações de Manutenção da Paz (OMP) no contexto atual;
- b) Identificar as OMP multidimensionais e multifuncionais com mandato robusto, que empregam tropas de operações especiais;
- c) Identificar as características das Operações Especiais (Op Esp) que proporcionam flexibilidade e ampliam as possibilidades do escalão enquadrante em todos os espectros das OMP;
- d) Descrever as tarefas e capacidades requeridas pela ONU para as tropas de Op Esp.

1.3 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES

Desde 2017, antes do término da MINUSTAH, o Brasil se encontra no nível II do Sistema de Capacidades de Prontidão para Manutenção da Paz (*United Nations Peacekeeping Capabilities Readiness System - UNPCRS*). Isso significa que o Departamento de Operações de Paz da ONU (DPKO) aprovou os meios que o Brasil mantém em condições e à disposição do sistema de prontidão. Atualmente esses meios são 1 (um) Batalhão de Infantaria de Força de Paz (BI F Paz), 1 (uma) unidade de saúde nível II, 1 (uma) aeronave C-105, (02) aeronave H-60 e 1 (uma) aeronave A-29. Esse fato mostra o comprometimento político do Brasil em projetar poder por

meio das OMP da ONU.

Para que os objetivos políticos sejam atingidos, é imprescindível uma força efetivamente preparada e pronta para ser desdobrada assim que as decisões políticas forem tomadas. Conforme as Bases para a Transformação da Doutrina Militar Terrestre, para cumprir suas tarefas no ambiente operacional da atualidade, além de uma doutrina em constante evolução, a Força deve basear sua organização

em estruturas com as características de flexibilidade, adaptabilidade, modularidade, elasticidade e sustentabilidade, que permitem alcançar resultados decisivos nas Operações no Amplo Espectro, com prontidão operativa, e com capacidade de emprego do poder militar de forma gradual e proporcional à ameaça. (BRASIL, 2013, p. 8/32)

Um dos meios que garante flexibilidade agrega capacidades para alcançar tais resultados no ambiente operacional atual é o emprego de frações de operações especiais. Mendonça (2018, p. 62) aponta como um dos fatores de sucesso do componente militar da MINUSTAH foi o emprego do Destacamento de Operações de Paz (DOPaz), composto por militares Comandos e Forças Especiais do Exército Brasileiro, empregados numa diversificada gama de tarefas ao longo dos 13 anos da missão.

Nesse sentido, o presente estudo se justifica por promover uma pesquisa a respeito de um tema atual e de suma importância por tratar de um dos objetivos estratégicos do Exército, que é a projeção do EB no cenário internacional por meio da participação efetiva em missões de paz, servindo de pressuposto para futuros estudos.

O trabalho pretende, ainda, fornecer subsídios para o Comando de Operações Especiais para que sejam realizados novos estudos aprofundando os resultados obtidos, adaptando, se for o caso, os resultados apresentados à conjuntura de emprego desse Comando Operacional.

2 METODOLOGIA

Para colher subsídios que permitissem formular uma possível solução para o problema, o delineamento desta pesquisa contemplou leitura analítica e fichamento das fontes, entrevista com especialista, questionários, argumentação e discussão de resultados.

Quanto à forma de abordagem do problema, utilizaram-se, principalmente, os

conceitos de pesquisa qualitativa, pois, para alcançar o objetivo proposto nesse trabalho, têm grande relevância as experiências, opiniões e aprendizados de quem já participou de uma operação dessa natureza.

Quanto ao objetivo geral, foi empregada a modalidade exploratória, tendo em vista o pouco conhecimento disponível, notadamente escrito, acerca do tema, o que exigiu uma familiarização inicial, materializada pelas entrevistas exploratórias e seguida de questionário para uma amostra com vivência profissional relevante sobre o assunto.

2.1 REVISÃO DA LITERATURA

Iniciamos o delineamento da pesquisa com a definição de termos e conceitos, a fim de viabilizar a solução do problema de pesquisa, sendo baseada em uma revisão de literatura no período de jan/2000 a maio/2019. Essa delimitação baseou-se na necessidade de atualização do tema, visto a evolução das características da sociedade, dos conflitos e das operações das Nações Unidas.

O limite anterior foi determinado pela divulgação do Relatório Brahimi, documento no qual a ONU reavaliou a maneira como as operações de paz vinham sendo conduzidas até então. Esse foi o marco que deu início às OMP multidimensionais e multifuncionais, onde novas capacidades foram agregadas para o cumprimento do mandato.

Foram utilizadas as palavras-chave operações especiais, ONU, operações de paz multidimensionais, bem como seus correlatos em inglês e espanhol, na base de dados, BDEX e Scielo, em sítios eletrônicos de procura na internet, biblioteca de monografias da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), sendo selecionados apenas os artigos em português, inglês e espanhol. O sistema de busca foi complementado pela coleta em relatório de operações, bem como de manuais de campanha referentes ao tema, do Ministério da Defesa (MD), Exército Brasileiro (EB) e da ONU.

Quanto ao tipo de operação militar, a revisão de literatura limitou-se a operações de cooperação com agências com foco nas operações sob a égide de organismos internacionais, mais especificamente a Organização das Nações Unidas.

a. Critério de inclusão:

- Estudos publicados em português, espanhol ou inglês, relacionados ao emprego de operações especiais em operações de paz; e
- Estudos, matérias jornalísticas e relatórios que tratem sobre as características das missões de paz atuais e o emprego de operações especiais nesse ambiente.

b. Critério de exclusão:

- Estudos que abordam o emprego de tropas em missões de paz anterior ao ano 2000.

2.1.1 As características das Operações de Manutenção de Paz (OMP) atuais

As Operações de Manutenção da Paz (OMP) sofreram mudanças no seu perfil ao longo do tempo, adaptando-se às conjunturas mundiais de cada período. De maneira sucinta, podemos designar como 1ª Geração (operações tradicionais) as missões que ocorreram da criação das Nações Unidas até o final da Guerra Fria (1989), as quais tiveram como perfil predominante as tarefas de observação e monitoramento de cessar-fogo e acordos de paz. A 2ª Geração (transição) durou do término da anterior até o ano 2000, tendo como marco final o *Brahimi Report* (Relatório Brahimi), onde a ONU reavaliou a maneira como as Operações de Paz vinham sendo conduzidas até então. As missões desse período se caracterizaram pelas intervenções em guerras regionais e resquícios de conflitos da Guerra Fria.

A 3ª Geração, do ano 2000 até os dias atuais, se caracteriza pelas operações multidimensionais e multifuncionais, onde o mandato da missão abrange, além das tarefas das gerações anteriores, outras como: proteção de civis e do Direito Internacional Humanitário, realização de eleições, Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) de grupos armados, dentre outras tarefas que buscam restabelecer a estabilidade do país hospedeiro da missão. Nesse cenário, torna-se imprescindível o trabalho integrado entre os componentes civil, militar e policial juntamente com representantes locais, imprimindo o caráter multidimensional da missão.

As missões de paz atuais ocorrem em um ambiente ainda mais volátil, incerto, complexo e ambíguo que no passado, com ameaças cada vez mais difusas, típicas da Guerra Híbrida, a qual

reflete um tipo de conflito muito particular e pertencente ao ambiente globalizado da atualidade, recheado de incertezas, ameaças e pela

disponibilidade e fácil acesso a produtos de alta tecnologia. Consiste em novidade na medida em que considera não só os atores envolvidos (estados nacionais, grupos guerrilheiros, redes criminais ou empresas contratadas), como também pelos meios utilizados (armamentos simples ou sofisticados) e pelas táticas empregadas (convencionais, irregulares, atos terroristas, insurgência, guerra de guerrilha e operações de informação) (DE PINHO, 2016, p. 73).

As operações atuais da ONU estão sofrendo mudanças após a publicação, em 2017, do *Improving Security of United Nations Peacekeepers Report*, relatório elaborado sob coordenação do General Carlos Alberto dos Santos Cruz, com a finalidade de identificar a causa do elevado número de capacetes azuis mortos e feridos em Missões de Paz. Esse relatório gerou novos documentos e resoluções emitidas pela ONU com o intuito de mitigar os problemas levantados, reduzir a perda de vidas e melhor cumprir o mandato. O documento sugere mudanças em quatro áreas, dentre as quais:

[...] 1) mudança de mentalidade, para habilitar o pessoal a estar consciente dos riscos e tomar a iniciativa para dissuadir, prevenir e responder a ataques; 2) desenvolvimento de capacidades para habilitar o pessoal com equipamentos e treinamento para operar em ambientes de risco elevado; e a missão com os meios e procedimentos adequados para impedir ataques e limitar as fatalidades e feridos (UNITED NATIONS, 2017, tradução nossa).

Esse trecho reforça as características das missões de paz atuais, potencialmente mais violentas e com maior risco físico que no passado, necessitando contingentes mais preparados para o uso de força. Com relação ao primeiro item, mudança de comportamento das tropas, o relatório sugere:

Peacekeepers devem adotar postura proativa de auto-defesa: devem tomar a iniciativa de uso da força para eliminar ameaças e, para colocar fim a impunidade dos ataques, desdobrar respostas rápidas com operações especiais. (UNITED NATIONS, 2017, tradução nossa).

O emprego de Forças de Operações Especiais pode contribuir sobremaneira para o cumprimento do mandato por meio da utilização das capacidades únicas das operações especiais, que, complementadas com a atuação eficiente de tropa bem preparada, aumentam a probabilidade de se alcançar bons resultados face aos mais complexos e violentos cenários.

2.1.2 Principais OMP multidimensionais e multifuncionais com mandato robusto na atualidade

Inicialmente, é interessante termos claro a diferença entre Manutenção da Paz e Imposição da Paz. Essa subdivisão das missões de paz surgiu na década de 90 e alguns autores amparam as OMP no capítulo VI da Carta das Nações Unidas e a Imposição da Paz ao capítulo VII da mesma carta. A evolução dos conflitos e da doutrina da ONU, levou ao surgimento das OMP com mandato “robusto”, onde alguns autores enquadraram a mesma no capítulo “VI e meio”. Mesmo essas associações sendo muito comuns, a diferença substancial reside no fato de as missões com amparo no capítulo VI serem obrigatoriamente autorizadas e reconhecidas pelos beligerantes, enquanto nas missões sob a égide do capítulo VII não existe essa necessidade, face a urgência da necessidade de cessar o conflito.

Segundo Maia (2010, p. 24) outra diferença importante é que nas OMP com mandato “robusto”, o emprego da força se dá no nível tático, enquanto na Imposição da Paz, o emprego da força se dá no nível estratégico e internacional, incluindo embargos e outras medidas coercitivas. O foco do presente estudo são as OMP.

No ano de 2013, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CS) aprovou a resolução 2098, prorrogando a duração do mandato e criando a Brigada de Intervenção na Missão de Estabilização das Nações Unidas para a Estabilização da República Democrática do Congo (MONUSCO). Dentre as mudanças estabelecidas nessa resolução, citamos:

Incluir uma “Brigada de Intervenção” consistindo em três batalhões de infantaria, uma unidade de artilharia e uma companhia de reconhecimento e Forças Especiais, com quartel-general em Goma, subordinada diretamente ao Force Commander da MONUSCO com responsabilidade de neutralizar grupos armados [...] e o objetivo de contribuir para a redução das ameaças causadas por grupos armados contra à autoridade do Estado e à segurança de civis no leste da RDC, abrindo espaço para atividades de estabilização (NAÇÕES UNIDAS, 2013, p. 6, tradução nossa).

Essa Resolução foi inédita pelo fato de prever, de maneira ostensiva, o emprego de tropas de operações especiais e propor a utilização de operações ofensivas, marcando o caráter “robusto” das operações de manutenção de paz atuais como se pode observar nas missões atribuídas a essa Brigada:

Conduzir operações ofensivas, tanto unilateralmente como junto com as FARDC, de maneira versátil e com alta mobilidade, em estreita conformidade com o direito internacional, incluindo o direito internacional humanitário [...] para evitar a expansão de todos os grupos armados, para neutralizá-los e para desarmá-los [...] (NAÇÕES UNIDAS, 2013, p.7, tradução nossa).

Com o mandato da missão menos incisivo quanto ao uso da força, o SOLTG (Special Operations Land Task Group) foi empregado no Mali para marcar a presença da MINUSMA em áreas remotas, com conflitos latentes e fora do alcance do restante do componente militar, possibilitando ao *Force Commander* (FC) o entendimento de situações específicas de determinadas áreas, dada a presença de inúmeros atores no cenário de conflitos, facilitando a entrada das tropas nesse ambiente. Além disso, representou ao comando da MINUSMA uma opção de pronta-resposta militar com baixo risco de escalada da crise e sem a necessidade de emprego de grandes contingentes do componente militar (CHERISEY, 2017).

Em 2014, a ONU estabeleceu a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA). Nessa missão, está sendo empregada uma Subunidade de operações especiais de Bangladesh. Além disso, Portugal participa da missão com 1 SU de Força de Reação Rápida (*Quick Reaction Force*, na sigla em inglês) com 150 militares, dos quais 90 são oriundos de unidades de comandos.

Com o fim da MINUSTAH, o Brasil iniciou os preparativos para emprego de um Batalhão (750 militares) na RCA, inicialmente composto por 4 companhias de fuzileiros, 1 companhia de comando e apoio e estado-maior, devendo possuir, por demanda das Nações Unidas, capacidade logística de desdobrar as 4 subunidades de forma independente por até 14 dias e os pelotões de forma isolada por até 5 dias no cumprimento de diversas missões, incluindo reconhecimento e missões operacionais, num ambiente combinado e interagências. Após os reconhecimentos iniciais, no primeiro semestre de 2018 a missão foi suspensa devido à conjuntura política brasileira.

Diante do exposto, fica claro a presença de tropas de operações especiais nas maiores e principais missões conduzidas pelas Nações Unidas na atualidade.

2.1.3 As Operações Especiais e as Operações de Paz

Em 2015, o *Department of Peacekeeping Operations* (DPKO), órgão da ONU responsável pelo planejamento, preparo e condução das OMP, juntamente com *Department of Field Support* (DFS), responsável pelo apoio logístico a administrativo, publicaram o *United Nations Peacekeeping Missions Military Special Forces Manual*. Esse documento tem por objetivo orientar a organização, preparação e dotação de material de uma fração de operações especiais para ser empregada em missões da ONU, com o intuito de determinar as capacidades básicas necessárias à tropa a ser empregada, sem interferir nas especificidades da doutrina e nas limitações de pessoal e material de cada país.

Com relação às capacidades que a ONU exige das Forças de Operações Especiais (FOpEsp) a serem empregadas, o referido manual determina a capacidade de condução de três atividades principais para essas tropas no contexto de uma OMP: Reconhecimento Especial, Tarefas Especiais e Assistência Militar. A primeira inclui basicamente reconhecimentos, inteligência e avaliação de ameaças. As Tarefas Especiais incluem ações diretas pontuais e operações de busca e resgate de pessoal em área negada. Já a Assistência Militar engloba o treinamento e assessoramento a forças de segurança. Além disso, o manual também prevê o engajamento de lideranças locais em áreas remotas e de difícil acesso aos demais componentes da missão. Para todas essas missões, as tropas de operações especiais devem estar em condições de utilizar meios aéreos ou aquáticos para o cumprimento da missão, para infiltrar e/ou exfiltrar.

O EB70-MC-10.212 – Operações Especiais, destaca que a “ação direta, a ação indireta e o reconhecimento especial representam os pilares das missões das forças de operações especiais do Exército Brasileiro.” (BRASIL, 2017, p. 3-5). Dessa forma, vemos que a doutrina de operações especiais brasileira está bastante alinhada com o que a ONU visualiza sobre o emprego de tropas dessa natureza em suas missões.

2.2 COLETA DE DADOS

Na sequência do aprofundamento teórico a respeito do assunto, o delineamento da pesquisa contemplou a coleta de dados pelos seguintes meios: entrevista exploratória e questionário.

2.2.1 Entrevistas

Com a finalidade de ampliar o conhecimento teórico e identificar experiências relevantes, foi realizada entrevista exploratória especialista, conforme o Quadro 1:

Nome	Justificativa
LUÍS GOMES – Maj Exército de Portugal	- Comandante de Cia de Comandos (Afeganistão/2012) - Chefe de Equipe de Adestramento de frações do exército do Iraque (Iraque/2015) - Of Lig QRF (Quick Reaction Force) da MINUSCA (RCA/2019)

QUADRO 1 – Quadro de especialista entrevistado
Fonte: O autor

2.2.2 Questionário

A amplitude do universo foi estimada a partir do efetivo de militares que integraram o Destacamento de Operações de Paz (DOPaz) durante a MINUSTAH no período entre 2004 e 2017.

A amostra selecionada para responder aos questionários também foi restrita a oficiais e sargentos que desempenharam uma das seguintes funções: comandante, subcomandante, oficial de operações ou oficial de inteligência, no caso dos oficiais, especialistas em armamento, demolições, comunicações e saúde, no caso dos sargentos especialistas, e caçador, função que no Haiti, também foi desempenhada por sargento.

Dessa forma, utilizando-se dados obtidos nos relatórios dos contingentes, a população a ser estudada foi estimada em 200 militares. A fim de atingir uma maior confiabilidade das induções realizadas, buscou-se atingir uma amostra significativa, utilizando como parâmetros o nível de confiança igual a 90% e erro amostral de 10%. Nesse sentido, a amostra dimensionada como ideal (n_{ideal}) foi de 51 militares.

Dessa feita, foram distribuídos questionários para 70 oficiais e sargentos do EB com experiência como integrante do DOPaz ao longo da MINUSTAH.

O efetivo acima foi obtido considerando 137% da amostra ideal prevista ($n_{ideal}=51$), utilizando-se como N o valor de 200 militares.

A sistemática de distribuição dos questionários ocorreu de forma direta (pessoalmente) ou indireta (mensagens ou e-mail) para 70 militares que atendiam os requisitos. Entretanto, devido a diversos fatores, somente 52 respostas foram obtidas (102% de n_{ideal} e 74% dos questionários enviados), não havendo necessidade de

invalidar nenhuma por preenchimento incorreto ou incompleto.

A partir do n_{ideal} (51), depreende-se que o tamanho amostral obtido ($n=52$) foi compatível ao desejado para o tamanho populacional dos potenciais integrantes da amostra.

Foi realizado um pré-teste com 3 capitães-alunos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), que atendiam aos pré-requisitos para integrar a amostra proposta no estudo, com a finalidade de identificar possíveis falhas no instrumento de coleta de dados. Ao final do pré-teste, não foram observados erros que justificassem alterações no questionário e, portanto, seguiram-se os demais de forma idêntica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa buscou a opinião de oficiais e sargentos que integraram o DOPaz em quaisquer dos contingentes brasileiros ao longo dos 14 anos de existência da MINUSTAH. Além disso, entrevistou-se o atual oficial de ligação da QRF da MINUSCA, o Major Luís Gomes, do Exército de Portugal, com experiência em operações tanto da OTAN quanto da ONU, com o objetivo de aprofundar o estudo sobre o tema.

Com relação à amostra do questionário, a totalidade possui, pelo menos, 6 anos de experiência nas operações especiais e foi composta por 28 oficiais (54% do total) e 24 subtenentes ou sargentos (46% do total), o que afiança uma relativa experiência na atividade, bem como uma diversidade de opiniões e visões. As funções desempenhadas no DOPaz pelos integrantes da amostra são descritas na Tabela 1 e no Gráfico 1:

TABELA 1 - Valor absoluto e percentual referente a função desempenhada no DOPaz
(continua)

Função	Grupo	
	Amostra	
	Valor absoluto	Percentual
Comandante	4	7,7%
Subcomandante	3	5,7%
Oficial de Operações	8	15,4%
Oficial de Inteligência	13	25%
Especialista em armamento	4	7,7%
Especialista em saúde	4	7,7%
Especialista em demolições	8	15,4%
Especialista em comunicações	8	15,4%
Caçador	0	0%
TOTAL	52	100,0%

Fonte: O autor

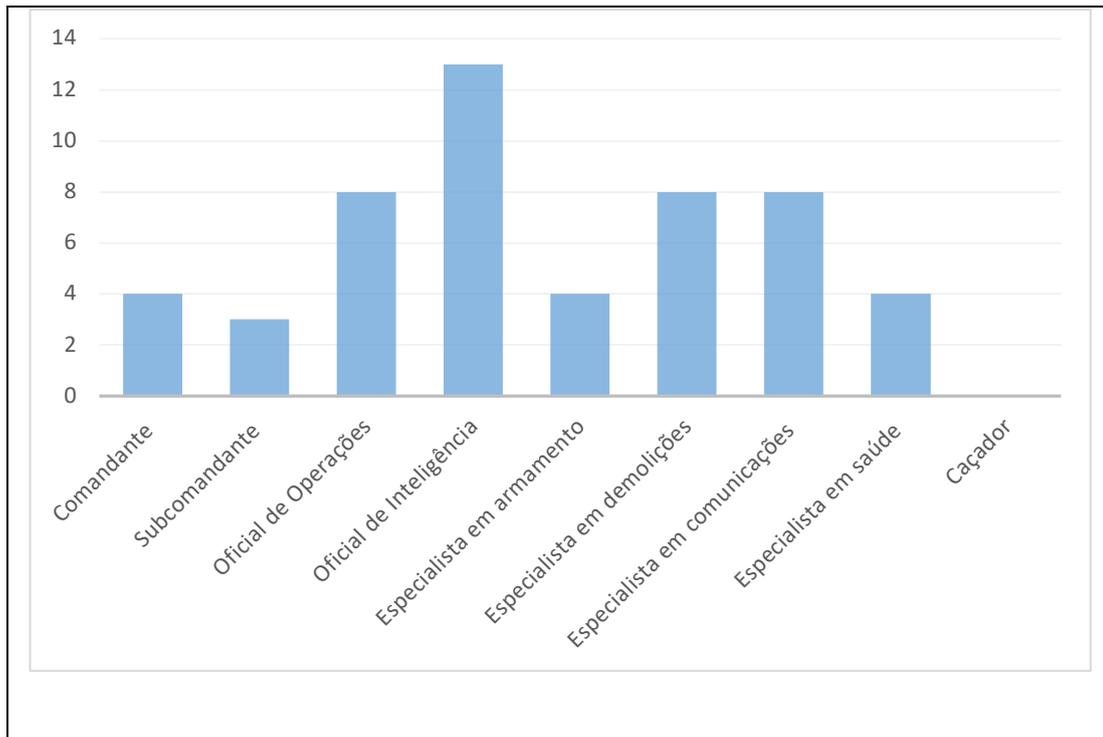


GRÁFICO 1 – Função desempenhada no DOPaz
Fonte: O autor

Referente ao período que integrou a MINUSTAH, a totalidade da amostra esteve no Haiti entre os anos de 2009 e 2017, como podemos ver na Tabela 2:

TABELA 2 - Valor absoluto e percentual referente ao ano que integrou a MINUSTAH

Ano	Grupo	Amostra	
		Valor absoluto	Percentual
2009		4	7,4%
2010		4	7,4%
2011		5	9,3%
2012		1	1,9%
2013		4	7,4%
2014		6	11,1%
2015		11	20,4%
2016		11	20,4%
2017		8	14,7%
TOTAL		54	100,0%

Fonte: O autor

Quanto às missões cumpridas no Haiti (Tabela 3), é importante ressaltar, primeiramente, que conjunturas locais e internacionais imprimiram a necessidade de diferentes respostas por parte da MINUSTAH e, conseqüentemente, do BRABAT. No entanto, de uma maneira geral, as missões cumpridas em maior quantidade pelos contingentes estão relacionadas à produção de dados de inteligência, com 85% da amostra apontando essa atividade como sendo a mais executada pelo seu contingente.

Outra atividade executada foram as ações diretas sobre alvos pontuais ou que exigiam baixa visibilidade das ações e o emprego de fuzileiros tornava-se inadequado pela elevada probabilidade de dano colateral, conforme Tabela 3:

TABELA 3 - Valor absoluto e percentual referente a opinião da amostra sobre as atividades executadas em maior quantidade ao longo do desdobramento no Haiti

Atividades mais executadas	1		2		3		4		5	
Ação Direta	8	15,4%	4	7,7%	12	23%	20	38,5%	8	15,4%
Reconhecimento ou monitoramento de alvos	24	46,2%	24	46,1%	4	7,7%	-	-	-	-
Estruturação e operação de rede de colaboradores	20	38,4%	20	38,5%	12	23,1%	-	-	-	-
Ações em coordenação com a célula de Assuntos Cíveis (G9)	-	-	-	-	20	38,5%	20	38,5%	12	23,1%
Adestramento de frações do BRABAT	-	-	4	7,7%	4	7,7%	12	23%	32	61,5%

Fonte: O autor

Os dados da Tabela 3 vão ao encontro das missões destinadas às operações especiais constantes na doutrina das Nações Unidas, bem como corroboram com o trabalho de Guezen (2018) e Cherisey (2017) quanto às missões desempenhadas por tropas de operações especiais de outros países em operações de manutenção da paz atuais.

Com isso, podemos constatar que é muito provável que em operações de paz futuras, as missões a serem desempenhadas pelas frações de operações especiais provavelmente serão da mesma natureza das que foram cumpridas no Haiti. No entanto, é importante ressaltar que o ambiente operacional será outro e, portanto, será necessário buscar novas soluções que se adequem aos desafios a serem enfrentados. Soma-se a isso, a necessidade de se agregar novas capacidades advindas dos avanços tecnológicos nos meios de inteligência, reconhecimento, vigilância e aquisição de alvos, sem deixar de lado a capacidade de gerenciar a fontes humanas.

Uma das indagações do questionário dizia respeito à necessidade de integrar elementos de apoio logístico e de comando e controle na fração de operações especiais. A grande maioria (aproximadamente 85%) concordou da existência dessa necessidade, conforme vemos na Tabela 4:

TABELA 4 - Valor absoluto e percentual referente a opinião sobre a existência de elementos não especializados integrando a fração de operações especiais para prestar o apoio logístico e em comando e controle

Opinião	Grupo	Amostra	
		Valor absoluto	Percentual
Concordo totalmente		16	30,8%
Concordo parcialmente		28	53,8%
Sem opinião definida		4	7,7%
Discordo parcialmente		4	7,7%
Discordo totalmente		0	0%
TOTAL		52	100,0%

Fonte: O autor

Com esse resultado, observa-se a necessidade em se manter os elementos operacionais voltados exclusivamente para o planejamento das ações, existindo uma equipe para suporte nas atividades administrativas, logísticas e de comando e controle das frações empregadas.

Além disso, a ONU exige das tropas que integram o PCRS a capacidade de desdobrar suas frações separadamente, com restrições logísticas por determinados períodos de tempo. Isso exige autonomia logística e capacidade de comando e controle complementar. O que reforça a necessidade de se agregar uma estrutura de apoio à fração de operações especiais,

As Forças Armadas Brasileiras caminham na direção do emprego conjunto de seus meios em operações. Nesse sentido, as operações especiais devem acompanhar essa evolução. Com relação a isso, a opinião da amostra é dividida, sendo que uma sensível maioria (61,5%) se mostra a favor da inclusão de elementos de operações especiais de outras forças em missões dessa natureza, como é representado na Tabela 5:

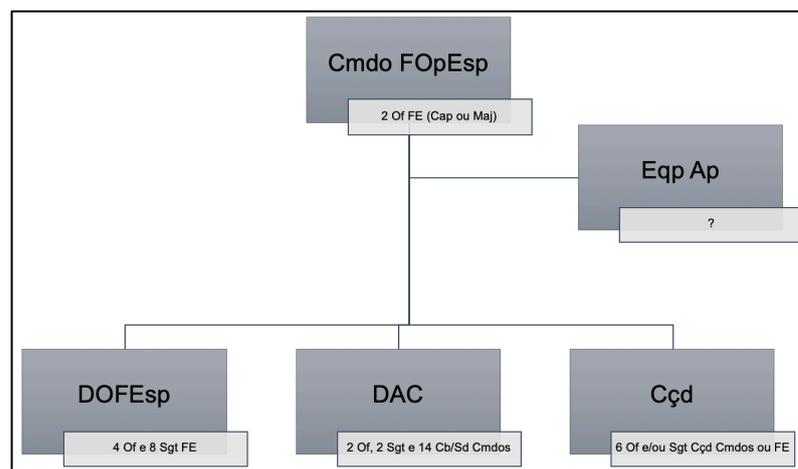
TABELA 5 - Valor absoluto e percentual referente a opinião sobre a constituição de uma FOPEsp conjunta para desdobramento em uma missão de paz

Opinião	Grupo	Amostra	
		Valor absoluto	Percentual
Concordo totalmente		12	23%
Concordo parcialmente		20	38,5%
Sem opinião definida		0	0%
Discordo parcialmente		7	13,5%
Discordo totalmente		13	25%
TOTAL		52	100,0%

Fonte: O autor

Quanto à constituição conjunta, convém ressaltar a necessidade de treinamento conjunto de modo a padronizar procedimentos e proporcionar o conhecimento mútuo. Além disso, existe a necessidade de se padronizar alguns Materiais de Emprego Militar, de modo a haver o mínimo de compatibilidade, principalmente no que tange os meios de comunicações, com a finalidade de facilitar o comando e controle.

Um dos itens do questionário solicitava a opinião da amostra acerca do Organograma 1:



ORGANOGRAMA 1 – Organização de uma Companhia de Operações Especiais para emprego em Operações de Manutenção da Paz da ONU

Fonte: O autor

Essa constituição integra elementos de comandos, forças especiais e caçadores, tal como foi o DOPaz no Haiti, acrescentando, no entanto, uma estrutura de apoio e o comando da fração. Essa última garante liberdade ao Cmt DOFEsp para não acumular funções, ao mesmo tempo que proporciona flexibilidade para empregar todas as equipes operacionais simultaneamente, garantindo o permanente assessoramento ao Cmt BRABAT e seu Estado-Maior.

Relativo a essa constituição, maior do que foi o DOPaz no Haiti, vale ressaltar a observação do O Lig da SU QRF da MINUSCA, que aborda a necessidade de a maioria das missões serem cumpridas pelos Grupos de Combate, o que corresponde a um efetivo de 24 à 30 homens, no intuito de garantir uma maior proteção e poder de fogo, com a utilização, inclusive de morteiros 60mm, lançador de granada 40mm e armamento calibre .50.

Boa parte das respostas apontou para a validade da organização apresentada, uma vez que garante o cumprimento de uma vasta gama de atividades.

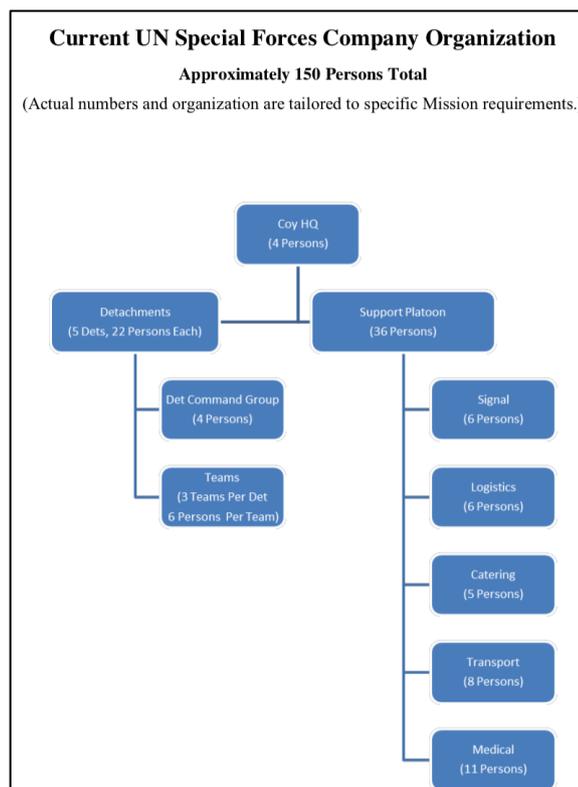
Sendo uma pergunta aberta, destacaram-se as seguintes opiniões:

a) “um problema dessa organização é a atual carência em termos de sargentos especialistas, uma vez que, enquanto um contingente está desdobrado, outro está em preparação”; e

b) “importante lembrar que ainda não existe a previsão de uma fração de operações especiais no QCP do Batalhão de Infantaria de Força de Paz. Com a criação dessa fração, deve-se reajustar o acordado com a ONU ou alguns claros serão suprimidos”.

3.1 PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DO DESTACAMENTO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS PARA EMPREGO EM OMP

As missões multidimensionais da ONU em curso empregam uma fração de operações especiais nível companhia, com um efetivo de aproximadamente 150 militares, sendo organizado em estado-maior, 5 (cinco) destacamentos e 1 (um) pelotão de apoio. A estrutura, número de destacamentos e efetivos podem ser ajustados conforme o perfil da missão. A subordinação dessa SU é diretamente ao *Force Commander*. O Organograma 2 ilustra essa constituição:

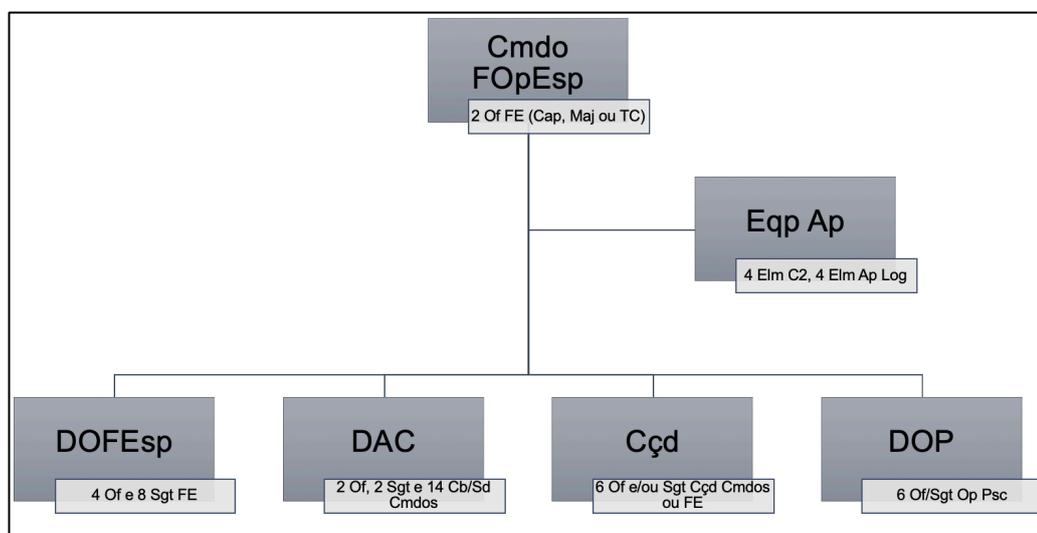


ORGANOGRAMA 2 – Organização de uma Companhia de Operações Especiais para emprego em Operações de Manutenção da Paz da ONU
 Fonte: United Nations Peacekeeping Missions Military Special Forces

O emprego subordinado diretamente ao *Force Commander*, geralmente significa ser empregado em toda a área de operações do componente militar, o que, no caso de uma missão da ONU, apresenta algumas desvantagens tais como: necessidade de coordenação com países que possuem uma cultura organizacional e adestramento bastante diferente do nosso, diminuindo a eficácia das ações e incorrendo no risco de fratricídio. Além disso, uma SU de operações especiais isolada necessita de uma estrutura de apoio logístico e administrativo muito grande, o que a torna extremamente onerosa para o país que contribui com tropa.

O emprego mais provável de uma força de operações especiais brasileira será sob a subordinação do Batalhão de Infantaria de Força de Paz, semelhante ao que foi no Haiti. O emprego nessas condições apresenta a vantagem de utilizar a estrutura de apoio do BRABAT, o que permite uma organização de menor porte, principalmente no que se refere ao apoio logístico. Além disso, potencializa as ações do Contingente Brasileiro, garantindo maior visibilidade do Brasil perante a ONU, contribuindo para os objetivos políticos de projeção internacional.

Além disso, a organização da fração deve garantir o cumprimento de todas as missões constantes na documentação da ONU, permitindo flexibilidade, principalmente para o desdobramento inicial da missão face às incertezas e complexidades do ambiente operacional. Dessa maneira, uma proposta de constituição que atende as exigências da ONU e se adapta a realidade brasileira é mostrada no Organograma 3:



ORGANOGRAMA 3 – Organização de um Destacamento de Operações Especiais para emprego em Operações de Manutenção da Paz da ONU

Fonte: O autor

Essa constituição, com 41 militares, permite compor até 3 equipes de 12 militares para operar de maneira descentralizada e independente em qualquer ponto da área de operações, mantendo o assessoramento ao Cmt BRABAT através do Cmdo da FOpEsp.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto às questões de estudo e objetivos propostos no início deste trabalho, conclui-se que a presente investigação atendeu ao pretendido, ampliando a compreensão sobre a necessidade e a melhor constituição para o emprego de operações especiais em missões de paz onde o Brasil contribua com tropa.

A revisão da literatura possibilitou observar a necessidade de as tropas serem preparadas para emprego com um mandato cada vez mais abrangente, típico dos conflitos de amplo espectro. Além disso, constatou-se o crescente emprego de tropas de operações especiais nas principais OMP da ONU, hoje desenvolvidas no Mali, na RDC e na RCA, levando à ONU a estabelecer as condições para emprego de tropas dessa natureza.

A compilação dos dados permitiu identificar as frações necessárias para se cumprir as exigências impostas pela ONU. Os elementos entrevistados apontaram como sendo de grande valia a inclusão de uma equipe de apoio, formada por elementos de C² e de logística, observando-se o devido cuidado na seleção e preparo desses militares.

Outro aspecto importante é a existência de um comando dessa fração, o que permite ao Cmt DOFEsp estar no comando de uma equipe, disponibilizando todo o poder de combate para ser empregado de forma simultânea, ficando o Cmdo da FOpEsp na função de ligação e assessoramento ao comando do BRABAT.

Convém lembrar que essa organização é a ideal para enfrentar situações desconhecidas com o máximo de flexibilidade. A dosagem entre os elementos, bem como os efetivos podem variar conforme outras necessidades de emprego e a mudança do perfil da própria OMP.

Como sugestão, surge a necessidade de atualização da proposta brasileira no PCRS, de maneira a existir no QCP do Batalhão de Infantaria de Força de Paz, desse

já, a previsão de desdobramento de uma fração de operações especiais, de maneira a facilitar o planejamento de todos os envolvidos e evitar os ajustes de efetivos das SU de fuzileiros ou de Comando e Apoio para se criar uma nova fração.

Uma dificuldade da constituição proposta reside na pequena disponibilidade de sargentos forças especiais. Sobre esse tema, sugere-se trabalhos futuros com o propósito de mitigar tal situação. Um possível paliativo seria a redução de 8 (oito) para 4 (quatro) sargentos especialistas no DOFEsp, o que reduziria também a flexibilidade de emprego.

Conclui-se, portanto, que o emprego de tropas de operações especiais agrega capacidades ao Batalhão de Infantaria de Força de Paz e contribui sobremaneira para o cumprimento do mandato, possibilitando a projeção do Brasil no cenário internacional. Portanto, faz-se necessário inserir uma fração de operações especiais no QCP Batalhão, de modo a facilitar o planejamento e início da preparação quando empregado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **Bases para a Transformação da Doutrina Militar Terrestre**, Brasília, DF, 2013.

_____. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. MD34-M-02: **Manual de Operações de Paz**. 3. ed. Brasília, DF, 2013b.

_____. Exército. Comando de Operações Terrestres. **EB70-MC-10.212: Operações Especiais**. 3. ed. Brasília, DF, 2017.

CHERISEY, E. Desert watchers: MINUSMA's intelligence capabilities. **Jane's Defence**, v. 54, n. 23, 7 jun. 2017. Disponível em: <http://www.janes.com/images/assets/319/71319/Desert_watchers_MINUSMA_s_intelligence_capabilities.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2019.

DE PINHO, Alessandro Paiva. A Guerra Híbrida e os reflexos para o Exército Brasileiro. **PADECEME**, v. 8, n. 17, p. 71-83, fev. 2016.

GUEZEN, Benthe. **Breaking Down Barriers - Towards Improving Civil-Military Coordination in 'Robust' UN Peacekeeping Operations: A Malian Case Study**. 2018. Tese (Mestrado em Geografia Humana) – Radboud University, Nijmegen, Holanda, 2018. Disponível em: <https://theses.uibn.ru.nl/bitstream/handle/123456789/6302/Guezen%2c_Benthe_1.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23 abr. 2019.

KARLSRUD, John. The UN at war: examining the consequences of peace-enforcement mandates for the UN peacekeeping operations in the CAR, the DRC and Mali. **Third World Quarterly**, v. 36, n. 1, p. 40-54, 2 jan. 2015.

MAIA, Vladimir Gustavo Gouveia. **O Brasil no Haiti: Missão de Imposição ou Manutenção da Paz**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2010.

MENDONÇA, Marcos Venicio. Brasil no Haiti, um caso de sucesso. **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões**. Ed. especial. p. 58-65. 2018.

UNITED NATIONS. **S/RES/2098**, March 28, 2013. New York: United Nations, 2013.

_____, Department of Peacekeeping Operations, Department of Field Support. **United Nations Peacekeeping Missions Military Special Forces**. 1. ed. 2015.

ANEXO A – QUESTIONÁRIO

O presente questionário, destinado aos Comandos e Forças Especiais que participaram da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) integrando o Destacamento de Operações de Paz (DOPaz), é parte importante da pesquisa para o artigo científico do Cap Inf Luiz Fernando Branco Camargo, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, ESAO.

A pesquisa tem por objetivo **propor uma composição de destacamento de operações especiais em operações de manutenção da paz sob a égide da ONU**. Com o resultado pretende-se apresentar uma constituição de fração que atenda as exigências das Nações Unidas e seja exequível para o Exército Brasileiro.

Desde já agradeço a inestimável participação e o tempo dedicado à resposta, me colocando à disposição para dúvidas ou sugestões através do e-mail lfernandobc@hotmail.com

1. **Ano que chegou no COpEsp:**
2. **Contingente e ano que integrou o DOPaz:**
3. **Função que desempenhou no DOPaz:**
4. **Posto/Grad por ocasião da missão**
5. **Posto/Grad atual**

6. **Enumere em ordem crescente os tipos de atividades que o seu contingente executou em maior quantidade durante o desdobramento do BRABAT (1 a que mais executou e 5 a que menos executou):**
 - Missões de Ação Direta
 - Reconhecimento e/ou monitoramento de alvos
 - Atividades de Inteligência (operação de rede de colaboradores)
 - Ações em Coor com a célula G9 (Ass Civ)
 - Adestramento de frações do BRABAT
 - Outras:

7. **Qual sua opinião sobre a existência de elementos convencionais de apoio logístico e de C2 integrando a fração de Op Esp no intuito de desonerar os Elm operacionais de encargos administrativos?**
 - a. Concordo totalmente
 - b. Concordo parcialmente
 - c. Não tenho opinião definida
 - d. Discordo parcialmente
 - e. Discordo totalmente
 - f. Considerações:

FOPesp CONJUNTA

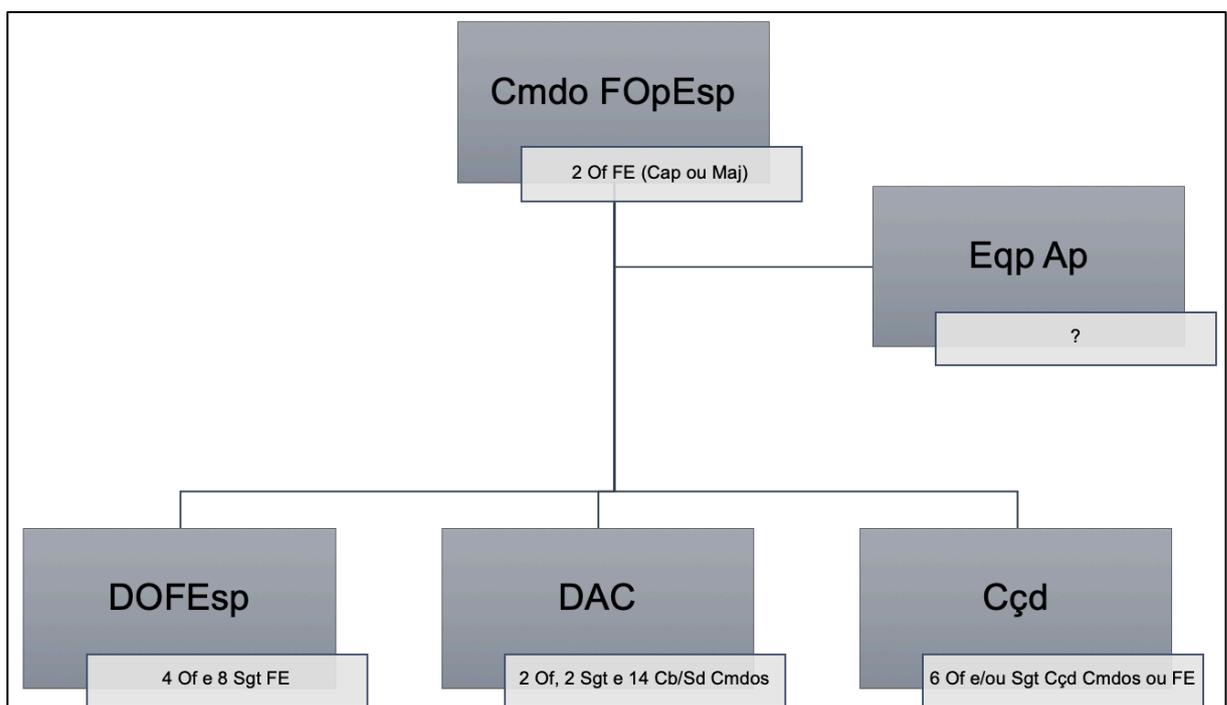
8. **Qual sua opinião sobre a constituição de uma FOPesp conjunta (integrando Elm Op Esp do EB, MB e FAB) para desdobramento em Op Paz?**
 - a. Concordo totalmente

- b. Concordo parcialmente
- c. Não tenho opinião definida
- d. Discordo parcialmente
- e. Discordo totalmente
- f. Motivos:

9. **Sobre o emprego de FRAÇÕES CONSTITUÍDAS nesse tipo de operação, qual das assertivas abaixo mais se adequa a sua opinião, levando-se em consideração que o cenário mais provável de desdobramento, atualmente, é em algum país do continente africano e um ambiente ainda mais complexo que o Haiti**

- a. É interessante que seja empregada APENAS no(s) primeiro(s) contingente(s) com o objetivo de ganhar tempo na preparação logística para o desdobramento e no Estudo de Área. E posteriormente, siga a fila de prioridade para missões no exterior.
- b. É interessante que seja empregada ao longo de TODA a missão, independente de fila de prioridade para missões no exterior.
- c. Não é necessário, uma vez que os 5 (cinco) meses (tempo médio de preparação do DOPaz) são mais que suficientes para emprego nesse tipo de missão.
- d. Outra

10. **Qual sua opinião sobre a composição da FOpEsp constante no organograma abaixo?** A divisão das frações (DOFEsp, DAC e Eqp Cçd) é para facilitar a visualização de efetivos, das capacidades agregadas por cada fração. Na prática, sabemos que as lições aprendidas no emprego de Eqp mistas compostas por Cmdos e FE serão consideradas.



ANEXO B – ENTREVISTA

1. IDENTIFICAÇÃO
 - a. Posto/graduação e Nome-de-guerra e experiências profissionais.
2. QUESTIONAMENTOS SOBRE ORGANIZAÇÃO E PESSOAL
 - a. Como está organizada a Companhia de Comandos para cumprir a missão de QRF da MINUSCA?
 - b. Essa constituição permite cumprir todas as missões atribuídas pelo Force Commander?
 - c. Na opinião do senhor, o que poderia ser modificado nessa composição?
 - d. A companhia e os grupos de combate são equipes constituídas ou são montadas exclusivamente para o desdobramento na RCA?
3. QUESTIONAMENTOS SOBRE INTELIGÊNCIA
 - a. Como as informações de inteligência chegam à Companhia?
 - b. A Companhia possui meios para inteligência, reconhecimento, vigilância ou busca de alvos (UAV e outros)? Caso possua, quem opera esse material?
4. QUESTIONAMENTOS SOBRE OPERAÇÕES
 - a. Na Companhia de Comandos existem equipes de atiradores de precisão/sniper?
 - b. Quais as missões a QRF cumpre com mais frequência?
 - c. Qual o efetivo da equipe FAC da Força Aérea na QRF? As TTP de combate são semelhantes à dos Comandos? Como ocorre essa integração para trabalhar juntos?
 - d. Somente com os CAV seria possível cumprir as missões? Ou os Humvee são essenciais? A Companhia utiliza algum outro tipo de viatura blindada?
 - e. Quais as capacidades e treinamentos mais importantes para o desdobramento na RCA? Essas habilidades já constam no programa de treinamento regular da tropa Comandos ou é lição aprendida na prática?
 - f. É necessário a utilização de morteiros e armas anti-carro nos combates contra os rebeldes?
 - g. Quais as dificuldades na evacuação de feridos na MINUSCA?
5. QUESTIONAMENTOS SOBRE LOGÍSTICA
 - a. Quais as principais dificuldades logísticas durante a preparação da força em Portugal?
 - b. Quais as principais dificuldades logísticas para sustentar a força na RCA durante o emprego?
6. OUTROS